

**UMA DIPLOMACIA PARA O SÉCULO XXI.
O LEGADO DO PROFESSOR LUÍS MOITA**

Sónia Sénica

UMA DIPLOMACIA PARA O SÉCULO XXI. O LEGADO DO PROFESSOR LUÍS MOITA

Sónia Sénica

A investigação científica do Professor Luís Moita encerra uma amplitude de temáticas e de dimensões que obriga necessariamente a um exigente exercício de seleção e escolha. De entre os vários contributos materializados em legado para toda uma geração, retenho a relevância atribuída ao estudo da teoria e prática diplomáticas e a um debruçar mais atento ao caso particular da diplomacia portuguesa. Partindo da premissa por si avançada logo em 2006 que remetia para a necessidade de uma transformação profunda a ocorrer na diplomacia, no seu artigo “Da diplomacia clássica à nova diplomacia”, apercebemo-nos da importância que a função diplomática encerra no seu pensamento¹:

O atual sistema de representação externa dos Estados nacionais – rede de embaixadas, corpo diplomático, outras instituições oficiais no exterior – poderá estar inadapitado ou em vias de sofrer alterações profundas, tanto mais quanto corresponde a uma estrutura razoavelmente conservadora, cujas raízes mergulham numa tradição europeia de mais de três séculos (...).

É inegável o peso que a diplomacia assume na prossecução das linhas estruturantes da política externa portuguesa de entre os seus vários vetores permanentes no Portugal democrático: o vetor europeu, o vetor atlântico, a lusofonia e mais recentemente a diplomacia económica e a diáspora. Mas a evolução do próprio conceito de diplomacia foi-se alterando de forma profunda com as transformações ocorridas quer em termos de conjunta histórica, quer em termos de política internacional. De entre as mudanças verificadas, e segundo o *Oxford Handbook of Modern Diplomacy*², apontam-se cinco dimensões substanciais que exigiram uma necessária adequação da diplomacia: i) crescente número e tipo de atores; ii) expansão do âmbito e dos temas da diplomacia; iii) níveis de envolvimento diplomático (local, nacional, bilateral, multilateral, regional, global); iv) aparato e funcionamento da máquina diplomática; e v) modos, tipos e técnicas da diplomacia. A estes desafios acresce ainda a revolução tecnológica com impacto acrescido no desempenho das funções

¹ Moita, L. (2006). “Da diplomacia clássica à nova diplomacia”, *Anuário Janus 2006*, disponível em http://www.janusonline.pt/arquivo/2006/2006_3_a.html.

² Cooper, A. F., Heine, J., & Thakur, R. (2013). *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*, Oxford: Oxford University Press.

diplomáticas ditas tradicionais, conforme o consagrado no artigo 3.º, alíneas a) a e) da Convenção de Viena das Relações Diplomáticas de 1961³: a representação; a proteção; a negociação; a informação; e a promoção.

Assumindo a comunicação um papel primordial na atividade diplomática, e em ciclo de forçosa transição para a era da digitalização, torna-se essencial que uma das qualidades do diplomata moderno seja a sapiência de aliar as suas funções clássicas às competências técnicas cada vez mais informatizadas e digitais, daí que já se incluía na tipologia da diplomacia a ciberdiplomacia ou a diplomacia digital. Esta fase da diplomacia moderna tem suscitado reticências e considerações em torno de um amplo debate sobre a fronteira que deve ou não existir entre a esfera pessoal e a esfera profissional, entre o agente diplomático e o homem por trás da função, entre o Estado e quem o representa.

De igual relevância assume, segundo o Professor Luís Moita, o multilateralismo na política externa portuguesa e conseqüentemente a diplomacia portuguesa no âmbito multilateral. Em artigo mais recente, datado de 2022, sob o título “A inserção multilateral do país”⁴ aborda, em particular, as três organizações internacionais que considera fundamentais para a ação externa de Portugal:

“(...) A verdade é que, por convicção ou por inércia, se tem verificado um consenso entre as forças políticas dominantes quanto ao reconhecimento das três principais organizações de que Portugal é membro, consistindo nas três traves-mestras da colocação do país no mundo (...).

A mais antiga, desde 1949, é a NATO, no domínio da segurança.

A mais envolvente, no domínio político, é a UE, sucessora da CEE

à qual o país aderiu em 1986. A mais dispersa geograficamente, assente em alicerces culturais, é a CPLP, fundada em 1996 (...).”

Nesta tríade de ação externa, encarada como “carácter estratégico”, Portugal pode e deve beneficiar da sua localização geográfica assumindo o papel de facilitador do relacionamento entre a Europa, o Atlântico e o mundo lusófono. Concertando com a defesa e promoção de uma “integração positiva” nas organizações internacionais e na aposta da “cooperação internacional” fazendo jus à “sua tradição universalista”. Ainda nesta sua reflexão, defende o papel que Portugal pode assumir enquanto “promotor da solução pacífica dos conflitos”, por via de uma “diplomacia da paz”, que estimule o “multilateralismo de democracia cosmopolita”. Fazendo, no final, a ressalva de que “todas estas modalidades de multilateralismo representam para o país uma oportunidade e uma responsabilidade”.

⁴ Moita, L. (2022). “A inserção multilateral do país”, *Anuário Janus 2022*, disponível em <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5550/3/Janus%202022%202.1%20Lui%cc%81s%20Moita.pdf>.

Outro importante contributo que nos deixou foi a elaboração do “Estudo da estrutura diplomática portuguesa”⁵, realizado em 2019, em co-organização com Luís Valença Pinto e Paula Pereira, que foca desde “as novas circunstâncias da prática diplomática”, “os grandes momentos de transformação e mobilização”, “as novas formas de representação” ou até mesmo “as novas formas de ação diplomática”. Além do mapeamento exaustivo da rede diplomática portuguesa e sua especificidade, dota de enquadramento conceptual o carácter bilateral ou multilateral da ação externa de Portugal, como apresenta de igual modo uma reflexão necessária e significativa das dinâmicas, agentes e orientações da diplomacia portuguesa. De entre as várias e pertinentes considerações, explanadas ao longo de tão preciosa investigação, pode evidenciar-se três reflexões que animam o referido estudo:

“(...) Ocorreram e estão em curso significativas evoluções, ao mesmo tempo que a mudança permanente e acelerada continua a influenciar fortemente a vida internacional (...). A estrutura diplomática portuguesa é a rede de apoio a uma causa que a ultrapassa. Uma causa que é certamente do estado, mas que envolve a sociedade inteira (...). Hoje Portugal é compreendido como um país fiável, que diz o que faz e faz o que diz, como um país facilitador da vida internacional”.

A pertinência da reflexão sobre a diplomacia portuguesa, enquanto uma diplomacia moderna, contemporânea e adequada ao novo século, também ocupa a agenda dos decisores políticos que tutelam a pasta dos Negócios Estrangeiros. De acordo com a reflexão do ex-Ministro da pasta, Augusto Santos Silva, denominada “Pensar a diplomacia portuguesa no presente”⁶, de 2021:

“(...) Portugal é, a justo título, reconhecido como um Estado que preza a natureza não funcionalista da diplomacia. O profissionalismo do seu corpo diplomático – cuja formação e promoção e cuja colocação em posto não obedecem por regra aos ciclos políticos – é visto como uma das explicações para o sucesso internacional do país; e o mesmo se credita à estabilidade das grandes orientações de política externa, à continuidade das linhas de ação e à convergência e cooperação dos órgãos de soberania. Estabilidade, unidade e execução por profissionais: eis claras vantagens comparativas da política externa (...). É a partir deste entendimento bem temperado da relação entre diplomacia e política externa, valorizando de forma equilibrada a autonomia da primeira, que podemos pensar em alguns desafios que lhe coloca a realidade contemporânea das relações internacionais (...).”

⁵ Moita, L.; Pinto, L. V.; Pereira, P. (2019). *Estudo da Estrutura Diplomática Portuguesa*, OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa, disponível em <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4206/4/Estrutura%20diploma%cc%81tica%20portuguesa%20FINAL.pdf>.

⁶ Santos Silva, A. (2021), “Pensar a diplomacia portuguesa no presente”, Negócios Estrangeiros, “Diplomacia e Política Externa”, n.º. 20, in: https://idi.mne.gov.pt/images/Revista_NE/PDF/RevistaNegociosEstrangeirosN20-2021.pdf.

O então Ministro da tutela termina o seu capítulo com uma mensagem⁷ à geração mais jovem de diplomatas, os adidos e o futuro do corpo diplomático:

“ (...) Refletir criticamente sobre o presente e o futuro de algo é a melhor maneira de homenageá-lo, fazendo-o permanecer vivo. Como ministro, sou ao mesmo tempo responsável último, não pela política externa, que isso compete ao Governo sob a direção do Primeiro-ministro, mas pela articulação entre a política externa e a diplomacia; e primeiro beneficiário do contributo, autónomo e instrumental que a diplomacia dá à política externa. A minha perspetiva de reflexão sobre a diplomacia portuguesa é essa: situada e limitada, como todas são. Espero que possa ser de alguma utilidade àqueles que mais bem saberão conjugá-la com as restantes perspetivas necessárias: os próprios profissionais, os diplomatas. E deixo-as muito particularmente à atenção dos mais jovens, porque a eles pertence o futuro (...)”.

Tal como o referido por Fréchette (2013)⁸, “ a diplomacia é uma arte, não uma ciência. (...) A diplomacia enquanto velho ofício, contempla novos desafios”. Nessa medida, percebe-se que o diplomata moderno deva conseguir promover a confluência do tradicional e do moderno, adaptando a prática diplomática contemporânea a um mundo cada vez mais exigente e mais desafiante. No caso particular da diplomacia portuguesa, configura-se de enorme pertinência o legado científico que nos deixou o Professor Luís Moita, a partir do qual poderão certamente ser erigidos os pilares de uma reflexão contínua, dotada de uma utilidade necessária, servindo de base a que a diplomacia, enquanto instrumento da política externa portuguesa, sirva o país e os portugueses.

⁷ *Idem.*

⁸ Fréchette, L. (2013), “Diplomacy: Old Trade, New Challenges”, in: Cooper, A. F., Heine, J., & Thakur, R. (2013), *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*, Oxford: Oxford University Press, pp-39-40.

Referências

- CONVENÇÃO sobre Relações Diplomáticas, 18 de Abril de 1961, Decreto-Lei n.º 48295, in: https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/Protocolo-estado/viena_diplom%C3%A1ticas.pdf.
- COOPER, A. F., Heine, J., & Thakur, R. (2013). *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*. Oxford: Oxford University Press.
- FRÉCHETTE, L. (2013). “Diplomacy: Old Trade, New Challenges” in Cooper, A. F., Heine, J., & Thakur, R. (2013). *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*. Oxford: Oxford University Press.
- MOITA, L. (2006). “Da diplomacia clássica à nova diplomacia”, Anuário Janus 2006, disponível em http://www.janusonline.pt/arquivo/2006/2006_3_a.html.
- MOITA, L. (2022). “A inserção multilateral do país”, Anuário Janus 2022, disponível em <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5550/3/Janus%202022%202.1%20Lui%cc%81s%20Moita.pdf>.
- MOITA, L.; Pinto, L. V.; Pereira, P. (2019). “Estudo da Estrutura Diplomática Portuguesa”, OBSERVARE – Observatório de Relações Exteriores, Universidade Autónoma de Lisboa, disponível em <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4206/4/Estrutura%20diploma%cc%81tica%20portuguesa%20FINAL.pdf>.
- SANTOS SILVA, A. (2021), “Pensar a diplomacia portuguesa no presente”, Negócios Estrangeiros, “Diplomacia e Política Externa”, n.º. 20, disponível em https://idi.mne.gov.pt/images/Revista_NE/PDF/RevistaNegociosEstrangeirosN20-2021.pdf.

